

Dezembro dá entusiasmo ao governo

MARCELO CORDEIRO

BRASÍLIA – O governo está otimista com as perspectivas da economia brasileira para 2000 e toma por base os resultados obtidos em dezembro para mostrar que os ajustes e a correções de rumo feitos no primeiro semestre de 1999 começam a dar resultados. A economia deve crescer 3,5% este ano, a inflação para o consumidor ficará na faixa de 5,8%, a balança comercial deve fechar o ano com um superávit de US\$ 5 bilhões e o aumento dos investimentos estrangeiros vai garantir a estabilidade do dólar em relação ao real, que depois de passar o último trimestre de 1999 na faixa de R\$ 1,90 fechou o ano cotado a R\$ 1,78.

Mas os números contrastam. O índice de desemprego vai ficar na faixa de 7%, o que representa uma

pequena queda no percentual registrado em 1999 (7,2%), mas que na verdade significa um aumento na quantidade de desempregados já que está sendo previsto um crescimento de 0,8% no número de pessoas que estarão no mercado de trabalho (População Economicamente Ativa – PEA). Nas contas do orçamento da União para 2000, não estão previstos recursos para a concessão de aumento aos funcionários públicos que, pelo sexto ano consecutivo, devem ficar com seus salários congelados.

Para o restante da população, as previsões do governo também são sombrias. As taxas de juros não têm mais espaço para cair. Os analistas de mercado acreditam que os juros básicos da economia fechem 2000 entre 18% e 17%. Em 1999, a taxa básica teve uma redução de 57,8% passando de 45% ao ano para 19%, os juros do

cheque especial baixaram apenas 24,1% caindo de uma faixa média de 381,8% ao ano para 289,6%, o que faz prever uma redução ainda menor este ano. Além disso os gastos devem ficar mais altos já que o governo trabalha com a perspectiva de um reajuste médio de 9,2% nos chamados *preços administrados*, que incluem as tarifas de energia, telecomunicações, transportes e saneamento.

A meta é manter o governo dentro do orçamento e gerando superávits primários (receita menos despesa exceto juros das dívidas) dentro dos parâmetros estabelecidos no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). De acordo com esses parâmetros o governo deve fechar o ano com um superávit primário na faixa de R\$ 32 bilhões, que somado ao crescimento de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e a uma redu-

ção nos juros da dívida em dólares, devido à valorização do real, pode deixar a dívida total do país dentro da meta acertada com o FMI para o fim de 2001, que é de 46,5% do PIB (atualmente ele está na faixa de 48%).

O balanço de pagamentos (diferença entre os dólares recebidos e pagos ao exterior) também deve apresentar melhora significativa este ano, provocada pelo superávit que está sendo esperada na balança comercial. Numa estimativa considerada pela própria equipe econômica como “conservadora” os investimentos estrangeiros de longo prazo devem chegar a US\$ 25 bilhões ao fim do ano. O otimismo com relação à entrada de capital estrangeiro já é tanto que o governo, na última quarta-feira, decidiu taxar com 5% de IOF os recursos externos que passarem menos de 90 dias no país.